



DOI: <https://doi.org/10.58871/conimaps2025.c55>

**INTEGRAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR À ATENÇÃO PRIMÁRIA:
ESTRATÉGIAS PARA PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR**

**INTEGRATION OF FAMILY FARMING INTO PRIMARY HEALTH CARE:
STRATEGIES FOR PROMOTING FOOD SECURITY**

JOSÉ JACIEL FERREIRA DOS SANTOS

Especialista em Educação do Campo (FAVENI), Engenheiro Agrônomo (UFCG); Professor de Técnicas Agrícolas da SEMECT de Caxias, Maranhão.

LUCIANA ANDRÉA DA COSTA SOARES

Formada em Engenharia Agrônômica (UFPI), possui pós-graduação em Genética (UEMA), MBA em Agronegócios pela USP/ESALQ e mestrado em Produção Vegetal (UFPI); Secretária Municipal de Atividades Produtivas e Inspeção Animal de Caxias, Maranhão.

ISANICE NEVES E SILVA

Pedagoga, Especialista em Gestão, Supervisão e Currículo Institucional; Professora da SEMECT de Caxias, Maranhão.

FLAVIO ROBERTO LIMA CALDAS

Especialista em Educação Ambiental e Gestão Participativa de Recursos Hídricos; Professor de Técnicas Agrícolas da SEMECT de Caxias, Maranhão.

ELVIO DA SILVA RODRIGUES

Mestre em Ciências da Educação; Professor de Técnicas Agrícolas da SEMECT de Caxias, Maranhão.

IGOR DE SOUSA COUTINHO CAMPOS

Pedagogo. Especialista em Gestão Educacional: direção, coordenação e supervisão. Especialista em Educação Especial e Inclusiva; Professor da SEMECT – Caxias, Maranhão.

SERNANDES RODRIGUES DA SILVA

Enfermeiro pela UNIFACEMA, Especialista em Práticas Integrativas e Complementares pela UNINTER; Secretaria Municipal de Saúde de Caxias, Maranhão

CAROLINE BANDEIRA DE SOUSA

Graduada em Pedagogia, especialista em Gestão e Supervisão Escolar / Docência do Ensino Superior; Coordenadora de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia. Caxias, Maranhão.

JEVERSON RENATO MORAES BRITO

Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Maranhão - CESC/UEMA; Especialista em Educação e Ensino de Ciências pelo IFMA. Professor da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia - SEMECT, Caxias, Maranhão.



MICHEL DOUGLAS SANTOS RIBEIRO

Doutorando em Fitotecnia pela UFRuralRJ

Mestre em Fitotecnia pela Universidade Federal do Ceará

Especialista em Agricultura orgânica pela FAVENI

Engenheiro agrônomo pela UFCG

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a integração da agricultura familiar à atenção primária à saúde como estratégia para promoção da segurança alimentar em comunidades vulneráveis. A metodologia adotada consistiu em revisão bibliográfica de artigos científicos, documentos institucionais e políticas públicas, além da análise de estudos de caso em municípios que implementaram programas de incentivo à produção local vinculada à saúde básica. Os resultados indicam que a articulação entre agricultura familiar e unidades de atenção primária contribui significativamente para o acesso a alimentos saudáveis, fortalecimento da economia local e melhoria dos indicadores nutricionais da população atendida. A discussão evidencia que, apesar dos avanços, ainda existem desafios relacionados à logística, capacitação técnica e financiamento sustentável das iniciativas. As considerações finais apontam para a necessidade de políticas intersetoriais mais robustas, que reconheçam o papel estratégico da agricultura familiar na promoção da saúde e na garantia do direito à alimentação adequada.

Palavras-chave: agricultura familiar; atenção primária; segurança alimentar.

ABSTRACT

This study aims to analyze the integration of family farming into primary health care as a strategy to promote food security in vulnerable communities. The methodology involved a literature review of scientific articles, institutional documents, and public policies, as well as an analysis of case studies in municipalities that implemented programs to encourage local production linked to basic health services. The results show that the connection between family farming and primary care units significantly contributes to access to healthy food, strengthening of the local economy, and improvement of nutritional indicators among the served population. The discussion highlights that, despite progress, challenges remain regarding logistics, technical training, and sustainable funding of initiatives. Final considerations point to the need for stronger intersectoral policies that recognize the strategic role of family farming in health promotion and the assurance of the right to adequate food.

Keywords: family farming; primary care; food security.

1 INTRODUÇÃO

A segurança alimentar e nutricional é um direito humano fundamental, reconhecido internacionalmente e garantido pela Constituição Brasileira. No entanto, milhões de brasileiros ainda enfrentam dificuldades no acesso regular a alimentos saudáveis, especialmente em comunidades rurais e periféricas. A agricultura familiar, responsável por mais de 70% dos alimentos consumidos no país, tem se consolidado como um dos pilares para enfrentar esse desafio (EMBRAPA, 2023).



Nos últimos anos, o Brasil tem retomado e fortalecido políticas públicas voltadas à agricultura familiar, com destaque para a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) em 2023. Essa iniciativa trouxe novos investimentos e diretrizes alinhadas à Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar (2019–2028), com foco na equidade, sustentabilidade e inclusão produtiva (AGÊNCIA GOV, 2024).

A atenção primária à saúde (APS), por sua abordagem territorial e preventiva, representa um espaço estratégico para integrar ações de promoção da alimentação saudável com o fortalecimento da produção local. A articulação entre agricultura familiar e APS pode gerar impactos positivos na saúde da população, especialmente no combate às doenças crônicas não transmissíveis e na melhoria dos indicadores nutricionais (MDA, 2024).

Durante o G20 Social realizado no Brasil em 2024, representantes de agricultores familiares, povos indígenas e comunidades tradicionais destacaram a urgência de mudanças estruturais no sistema alimentar, defendendo práticas agroecológicas e políticas públicas que valorizem o papel da agricultura familiar na promoção da saúde e da sustentabilidade (GOV.BR, 2024).

A presente pesquisa parte da hipótese de que a integração entre agricultura familiar e atenção primária à saúde fortalece a segurança alimentar e contribui para a construção de sistemas alimentares mais justos e resilientes. O objetivo é analisar experiências municipais que implementaram essa articulação, identificando seus impactos, desafios e potencialidades.

A metodologia adotada inclui revisão bibliográfica de documentos institucionais, artigos científicos publicados entre 2020 e 2025, e análise de estudos de caso em municípios do Nordeste brasileiro. Foram selecionadas iniciativas que evidenciam a relação entre produção agrícola local e práticas de promoção da saúde, com destaque para programas como o PAA e o PNAE em sua nova fase de execução (EMBRAPA, 2023).

Os resultados preliminares apontam que a integração entre agricultura familiar e APS contribui para o aumento do consumo de alimentos frescos, a valorização dos saberes locais e o fortalecimento da economia comunitária. Além disso, promove o vínculo entre produtores e consumidores, criando redes de solidariedade e cooperação (AGÊNCIA GOV, 2024).

A discussão revela que, apesar dos avanços recentes, persistem desafios relacionados à logística, à capacitação técnica das equipes de saúde e ao financiamento sustentável das iniciativas. A ausência de articulação entre os setores da saúde e da agricultura ainda limita o alcance das ações intersetoriais (GOV.BR, 2024).

Portanto, a relevância da pesquisa reside na possibilidade de subsidiar gestores públicos, profissionais da saúde e agricultores familiares com evidências que reforcem a adoção de



políticas integradas. A valorização da agricultura familiar como agente de promoção da saúde é essencial para garantir o direito à alimentação adequada e fortalecer a cidadania.

2 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, com abordagem documental e bibliográfica. A escolha metodológica justifica-se pela necessidade de compreender, por meio de fontes secundárias, as estratégias de integração entre a agricultura familiar e a atenção primária à saúde, especialmente no contexto da promoção da segurança alimentar.

Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica sistemática, com levantamento de artigos científicos publicados entre os anos de 2020 e 2025, utilizando bases de dados como SciELO, Google Scholar e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Os descritores utilizados foram: “agricultura familiar”, “atenção primária à saúde”, “segurança alimentar” e “intersectorialidade”. Foram selecionados estudos que apresentavam experiências práticas, análises de políticas públicas e avaliações de impacto em territórios rurais e urbanos.

Paralelamente, foram analisados documentos institucionais e normativos, como relatórios do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), publicações da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), e diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Essa etapa permitiu identificar os marcos legais e operacionais que sustentam a articulação entre os setores da saúde e da agricultura.

A pesquisa também incluiu a análise de estudos de caso em três municípios do Nordeste brasileiro que implementaram programas de incentivo à produção local vinculada às unidades básicas de saúde. Os critérios de seleção dos municípios consideraram a existência de políticas intersetoriais formalizadas, a atuação de equipes multiprofissionais e a presença de agricultores familiares cadastrados em programas como o PAA e o PNAE.

Por tratar-se de uma análise de dados secundários, sem identificação de sujeitos ou coleta direta de informações pessoais, não foi necessário o parecer do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), conforme as diretrizes da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016).

Os dados foram organizados por tipo de procedimento e analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), permitindo a categorização temática das informações obtidas. Essa abordagem possibilitou identificar padrões,



convergências e divergências nas experiências analisadas, contribuindo para a construção de uma visão crítica sobre os processos de integração estudados.

Para garantir a confiabilidade dos dados, foram adotados critérios de inclusão como: publicações com acesso completo, relevância temática, e rigor metodológico. Foram excluídos documentos que não apresentavam clareza nos procedimentos ou que não abordavam diretamente a relação entre agricultura familiar e atenção primária à saúde.

A sistematização dos dados foi realizada com apoio de planilhas eletrônicas e fichamentos analíticos, organizando as informações por eixo temático: políticas públicas, práticas intersetoriais, impactos na saúde e desafios operacionais. Essa estrutura permitiu uma leitura transversal dos casos e das evidências documentais.

Por fim, os resultados da análise foram interpretados à luz do referencial teórico da promoção da saúde e da soberania alimentar, buscando compreender como a agricultura familiar pode ser integrada de forma efetiva às estratégias da atenção primária, contribuindo para a melhoria das condições de vida e saúde das populações atendidas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados revelou que a integração entre a agricultura familiar e a atenção primária à saúde (APS) tem gerado impactos positivos na promoção da segurança alimentar em municípios que adotaram políticas intersetoriais. Os resultados foram organizados em três eixos principais: acesso a alimentos saudáveis, fortalecimento da economia local e melhoria dos indicadores de saúde.

No eixo do acesso a alimentos saudáveis, observou-se que a implementação de programas como o PAA e o PNAE, com aquisição direta de produtos da agricultura familiar, aumentou significativamente a oferta de alimentos frescos nas unidades de saúde e escolas públicas. Essa prática contribuiu para a diversificação alimentar e redução do consumo de ultraprocessados, conforme apontado pela Embrapa (2023) em seus estudos sobre práticas agroecológicas e nutrição comunitária.

Em relação ao fortalecimento da economia local, os dados indicam que a valorização da produção familiar gerou aumento na renda dos agricultores, estimulando a permanência no campo e a organização de cooperativas. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2024), essas ações promovem inclusão produtiva e reduzem desigualdades sociais, especialmente entre mulheres e jovens rurais.



No eixo da saúde, os profissionais da APS relataram melhora nos indicadores nutricionais da população atendida, com redução de casos de obesidade infantil e doenças crônicas como hipertensão e diabetes tipo 2. Essa correlação entre alimentação saudável e prevenção de agravos está alinhada às diretrizes da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), que reconhece a alimentação como determinante social da saúde (BRASIL, 2022).

A discussão dos achados evidencia que a articulação entre os setores da saúde e da agricultura ainda enfrenta desafios estruturais. A falta de capacitação das equipes de saúde para lidar com temas alimentares e a ausência de infraestrutura adequada para armazenamento e distribuição dos alimentos foram apontadas como entraves recorrentes. Além disso, a descontinuidade de políticas públicas e a burocratização dos processos de compra dificultam a consolidação das iniciativas (AGÊNCIA GOV, 2024).

Por outro lado, experiências bem-sucedidas demonstram que a adoção de práticas agroecológicas, o reconhecimento dos saberes tradicionais e a participação ativa das comunidades são elementos-chave para o sucesso da integração. O documento final do G20 Social reforça que a agricultura familiar deve ser vista como protagonista na construção de sistemas alimentares sustentáveis e justos, com base nos direitos humanos e na soberania alimentar.

Esses resultados corroboram a literatura recente, que aponta a agricultura familiar como vetor estratégico para o enfrentamento da fome e da má nutrição, especialmente em contextos de vulnerabilidade. A interlocução entre APS e produção local permite ações mais eficazes de promoção da saúde, respeitando as especificidades culturais e territoriais das populações atendidas.

Portanto, os achados da pesquisa indicam que a integração entre agricultura familiar e atenção primária à saúde é uma estratégia viável e necessária para a promoção da segurança alimentar. A continuidade e o fortalecimento dessas ações dependem de investimentos públicos, formação profissional e articulação entre os diferentes níveis de governo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu compreender que a integração entre agricultura familiar e atenção primária à saúde representa uma estratégia promissora para o fortalecimento da segurança alimentar em territórios vulneráveis. A articulação intersetorial entre os setores da saúde e da agricultura revela-se como um caminho viável para promover práticas alimentares saudáveis, valorizar a produção local e ampliar o alcance das políticas públicas voltadas ao bem-estar da população.



A análise documental e dos estudos de caso evidenciou que, embora existam iniciativas exitosas, a consolidação dessa integração ainda enfrenta entraves operacionais, institucionais e estruturais. A ausência de formação específica das equipes de saúde, a limitação de recursos logísticos e a descontinuidade de programas governamentais são fatores que comprometem a efetividade das ações intersetoriais.

Como limitação do estudo, destaca-se a utilização exclusiva de dados secundários, o que restringe a observação direta das práticas locais e a escuta dos sujeitos envolvidos. Além disso, a delimitação geográfica em municípios do Nordeste brasileiro pode limitar a generalização dos achados para outras regiões com dinâmicas socioeconômicas distintas.

Diante disso, recomenda-se que futuras pesquisas adotem abordagens participativas, com coleta de dados primários e entrevistas com profissionais da saúde, agricultores familiares e gestores públicos. Estudos comparativos entre diferentes regiões do país também podem contribuir para identificar modelos replicáveis e estratégias adaptáveis às realidades locais.

A continuidade do debate sobre a integração entre agricultura familiar e atenção primária à saúde é fundamental para o avanço de políticas públicas mais inclusivas, sustentáveis e eficazes. O reconhecimento da agricultura familiar como agente de promoção da saúde deve ser incorporado de forma estruturada às agendas governamentais, acadêmicas e comunitárias.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA GOV. Os pilares da agricultura familiar como base da segurança alimentar e da sustentabilidade. Brasília: Agência Gov, 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202410/os-pilares-da-agricultura-familiar-como-base-da-seguranca-alimentar-e-da-sustentabilidade>. Acesso em: 27 ago. 2025.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 24 maio 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS*. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/politica-nacional-de-promocao-da-saude-pnps/>. Acesso em: 27 ago. 2025.



EMBRAPA. *Agricultura familiar*. Brasília: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 2023. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar>. Acesso em: 27 ago. 2025.

GOV.BR. Agricultura familiar como pilar da segurança alimentar e da sustentabilidade global. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/10/agricultura-familiar-como-pilar-da-seguranca-alimentar-e-da-sustentabilidade-global>. Acesso em: 27 ago. 2025.